

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 532.032 - SP (2019/0268054-7)

RELATOR : **MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR**
IMPETRANTE : **ANDY CHRISTIAN PAYYAO**
ADVOGADO : **DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO**
IMPETRADO : **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**
PACIENTE : **ANDY CHRISTIAN PAYYAO (PRESO)**
INTERES. : **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO**

EMENTA

PENAL. *HABEAS CORPUS*. UNIFICAÇÃO DE PENAS. PRETENSÃO DE RECONHECIMENTO DA CONTINUIDADE DELITIVA. CONVICÇÃO DO ACÓRDÃO HOSTILIZADO NO SENTIDO DE QUE SE TRATARIA DE DESÍGNIOS AUTÔNOMOS E AÇÕES DISTINTAS. CONCLUSÃO INVERSA. REEXAME DE PROVAS. INVIABILIDADE NA VIA ELEITA.

Inicial indeferida liminarmente.

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em benefício próprio por **Andy Christian Payyao**, em que aponta como autoridade coatora o Tribunal de Justiça de São Paulo.

Antes de apreciar o pedido liminar, tendo em vista que a inicial não estava instruída com documento capaz de demonstrar a verossimilhança das alegações, solicitei informações ao Tribunal de Justiça de São Paulo e determinei a intimação da Defensoria Pública estadual, que se manifestou nos seguintes termos (fls. 54/55):

[...]

O pedido inicial merece acolhimento.

Conforme informações prestadas, o paciente pleiteou em primeiro grau a almejada unificação por estarem presentes, no caso, os requisitos do art. 71 do CP, nos crimes de roubo majorado praticados pelo mesmo em 20 de outubro, 07 de setembro e 18 de dezembro de 2007.

O Juízo de primeiro grau indeferiu o pedido, pois, não entendeu estar presente a continuação delitiva.

O E. TJ/SP manteve a decisão de indeferimento, ao alegar que os crimes surgiram de desígnios autônomos, e tratava-se de habitualidade delituosa.

O acórdão, todavia, partiu de premissa equivocada para manter o indeferimento da continuidade delitiva.

No caso em análise encontram-se presentes os requisitos de lugar, tempo e modo de execução dos crimes. Tudo em plena conformidade com o art. 71 do CP.

Exigiu, todavia, o acórdão coator, requisito subjetivo estranho àqueles previstos no art. 71 do Código Penal, como a unidade de desígnios, a homogeneidade de condutas e a ausência de suposta reiteração criminosa.

Superior Tribunal de Justiça

Porém, tais circunstâncias diferem daquelas presentes no art. 71 do Código Penal, que exige crimes da mesma espécie, e semelhantes condições de tempo, lugar e maneira de execução. Situações essas que ficaram demonstradas no pedido inicial.

A exigência de requisitos inexistentes na lei para concessão do benefício pleiteado causa, sem sombra de dúvida, grave constrangimento ilegal ao paciente, sanável, porém, pela via do habeas corpus.

Não pode o juiz, às escusas de imprimir tratamento severo, repressivo e reprovador ao agente, criar empecilhos não legais, agindo como se legislador fosse. Exorbita, assim, sua função, e ofende o princípio da legalidade.

No presente caso encontram-se presentes os requisitos de lugar, tempo e modo de execução dos crimes. Tudo em plena conformidade com o art. 71 do CP.

É possível, assim, a unificação dos crimes, diante das mesmas condições de tempo, local e modo de execução, conforme estabelece o art. 71, CP.

Diante do exposto, configurado o constrangimento ilegal imposto ao paciente ao ser exigido pelo v. acórdão elementos estranhos ao art. 71 do CP para configuração do crime continuado, é de ser deferida a presente ordem para conceder as unificações de penas solicitadas, conforme decidido em primeiro grau.

[...]

É o relatório.

O presente pedido não comporta processamento.

Com efeito, o Tribunal *a quo* decidiu que (fls. 24/25):

[...] embora o sentenciado tenha praticado delitos na mesma comarca e com semelhante *modus operandi*, tratam-se de condutas distintas e individualizadas, sendo impossível ter uma como consequência da outra.

Isto porque, em todos os casos ANDY dirigia-se à residência das vítimas, ora sozinho, ora na companhia de comparsas, e as dominava, com emprego de uma faca, subtraindo os bens de interesse, retirando-se do local em seguida.

Difere o *modus operandi*, entretanto, na medida em que praticou dois dos delitos em concurso com outros agentes e o terceiro de forma autônoma.

Além do mais, é importante ressaltar o lapso temporal decorrido entre os crimes. Do primeiro ao segundo, ambos praticados em concurso de agentes, passaram-se mais de 45 (quarenta e cinco) dias, enquanto do segundo ao terceiro, este praticado sozinho, o lapso temporal foi de 11 (onze) dias.

Por fim, verifica-se a necessidade de se aferir a intenção do agente de cometer o crime de forma continuada, ou seja, de agredir aos poucos o bem jurídico tutelado.

E nos casos em análise, não existe qualquer comprovação de que havia um plano elaborado de praticar os roubos em sequência, atingindo sucessivamente diversos patrimônios, ainda que em dias distintos.

Cuida, sim, de desígnios autônomos do sentenciado. Reiterados exercícios de sua vontade de delinquir, jamais em continuação à conduta anterior.

Ficou evidenciado que o sentenciado buscava os proveitos dos crimes de forma integral, fazendo da criminalidade meio de vida, evidenciando-se a habitualidade criminosa, e não podendo jamais ser beneficiada com o instituto do crime continuado.

Superior Tribunal de Justiça

Desta forma, não preenchidos os requisitos elencados no artigo 71 do Código Penal, inviável o reconhecimento da continuidade delitiva para fins de unificação da pena.
[...]

Assim, alcançar conclusão inversa do acórdão hostilizado, que entendeu não estarem presentes os requisitos da continuidade delitiva, seria necessário reexame de provas, inviável na via eleita.

Em face do exposto, com fulcro no art. 210 do RISTJ, **indefiro liminarmente** a inicial.

Publique-se.

Brasília, 08 de outubro de 2019.

Ministro Sebastião Reis Júnior
Relator